

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.527 - PR (2019/0274439-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : SANDRO EDUARDO ARENAS
ADVOGADO : FABIO LUIS FRANCO - PR023145
AGRAVADO : GILSON CESAR VITTURI
AGRAVADO : JOSE CARLOS MICHELETTI
AGRAVADO : VICENTE PIM
ADVOGADO : ALDREY FABIANO AZEVEDO - PR023185
AGRAVADO : LOURIVAL ANTUNES DA SILVA
ADVOGADO : ELTON FELIPE CARVALHO - PR034070
AGRAVADO : ESDRAS ESMERALDO TOZZO
AGRAVADO : ADRIANA CRISTINA TOZZO MILLER
ADVOGADOS : MARLI DE FATIMA SILVEIRA CORSI - PR023323
YTACIR ALVES NASCIMENTO - PR039012
AGRAVADO : MARCIO HENRIQUE DE SOUZA AGUIAR
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : EMBRAUEC - EMPRESA BRASILEIRA DE AUMENTO DE
PRODUTIVIDADE PECUARIA LTDA
ADVOGADO : FABIO LUIS FRANCO - PR023145
INTERES. : AGROSENA-COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE
PRODUTOS AGRICOLAS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : MARIBOI PRODUTOS PECUARIOS LTDA
ADVOGADOS : MARLI DE FATIMA SILVEIRA CORSI - PR023323
YTACIR ALVES NASCIMENTO - PR039012
INTERES. : MV-PRODUTOS PECUARIOS LTDA
INTERES. : PROPEBRAS-PRODUTOS PECUARIOS LTDA
ADVOGADO : ALDREY FABIANO AZEVEDO - PR023185
INTERES. : BRASIL RURAL DEFENSIVOS ANIMAIS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (art. 1.042 do CPC/2015) interposto contra decisão (e-STJ fls. 957/960) que inadmitiu o recurso especial em virtude de: (a) inexistência de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 e (b) impossibilidade de análise de matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 894/895):

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÕES DE REPARAÇÃO DE DANOS. PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL. PATENTE DE INVENÇÃO DE PROBIÓTICOS COM ENZIMAS DIGESTIVAS. VIOLAÇÃO. CONTRAFAÇÃO. DEMANDAS PROMOVIDAS SEPARADAMENTE PELO AUTOR DA INVENÇÃO E PELA EMPRESA QUE A EXPLORA. REUNIÃO POR CONEXÃO. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.

APELAÇÃO CÍVEL 1.691.269-3. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS NPU 0002985-41.2008.8.16.0130 (AUTOS Nº 101/2008). APELO DOS RÉUS. VIOLAÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (PATENTE DE INVENÇÃO). NULIDADE DA PATENTE POR AUSÊNCIA DE NOVIDADE E ATIVIDADE INVENTIVA. TESE REJEITADA.

PATENTE RÍGIDA CONCEDIDA PELO INPI. PROVA DOS AUTOS QUE EVIDENCIA A OCORRÊNCIA DE CONTRAFAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA NESSE ASPECTO. DANOS MATERIAIS DEVIDOS.

IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO EM RELAÇÃO A UMA DAS EMPRESAS. EMPRESA MARIBOI QUE SE ENQUADRA NA EXCEÇÃO DO ART. 45 DA LEI Nº 9.279/96. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO ALCANÇA A PARTE APELANTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

APELAÇÃO CÍVEL 1.691.259-7. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS NPU 0000754-12.2006.8.16.0130 (AUTOS Nº 493/2006). APELO DO AUTOR. PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL. PATENTE DE INVENÇÃO DE PROBIÓTICOS COM ENZIMAS DIGESTIVAS. VIOLAÇÃO. CONTRAFAÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. DANO IN RE IPSA QUE DECORRE DA PRÓPRIA CONTRAFAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA DO PREJUÍZO. CONDENAÇÃO QUE SE LIMITA A ÚNICA PESSOA FÍSICA QUE AGIU ILICITAMENTE. CONDENAÇÃO DOS SÓCIOS PELO SIMPLES FATO

DE SEREM REPRESENTANTES DAS EMPRESAS. DESCABIMENTO. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA DOS DANOS MATERIAIS. DESCABIMENTO. FIXAÇÃO DO VALOR POSTERGADA PARA A FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO, CONFORME CRITÉRIO DO INCISO III DO ART. 210 DA LEI 9.279/96. RECONHECIMENTO DE USUÁRIO ANTERIOR. INOPONIBILIDADE DO DIREITO DE EXCLUSIVIDADE NA EXPLORAÇÃO DO INVENTO. EXEGESE DO ART. 45 DA LEI Nº 9.279/96. DECISÃO MANTIDA NESSE PONTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

APELAÇÃO CÍVEL 1.691.269-3. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS NPU 0002985-41.2008.8.16.0130 (AUTOS Nº 101/2008). APELO DA AUTORA. NÃO CONHECIMENTO QUANTO À PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL. CONDENAÇÃO DOS SÓCIOS PELO SIMPLES FATO DE SEREM REPRESENTANTES DAS EMPRESAS. DESCABIMENTO.

PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA DOS DANOS MATERIAIS. DESCABIMENTO. FIXAÇÃO DO VALOR ACERTADAMENTE POSTERGADA PARA A FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO, CONFORME CRITÉRIO DO INCISO III DO ART. 210 DA LEI 9.279/96. RECONHECIMENTO DE USUÁRIO ANTERIOR. INOPONIBILIDADE DO DIREITO DE EXCLUSIVIDADE NA EXPLORAÇÃO DO INVENTO. EXEGESE DO ART. 45 DA LEI Nº 9.279/96. DECISÃO MANTIDA NESSE PONTO.

RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 931/935).

No recurso especial (e-STJ fls. 938/941), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente alegou violação dos seguintes dispositivos legais:

(a) arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, parágrafo único, II, do CPC/2015, sustentando negativa de prestação jurisdicional,

(b) arts. 186 e 927 do CC/2002, afirmando a responsabilidade civil pessoal dos sócios, e não somente ou exclusivamente das suas respectivas empresas, pelos danos morais e materiais sofridos pelo recorrente.

No agravo (e-STJ fls. 963/965), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A parte recorrida não apresentou contraminuta (e-STJ fl. 968).

É o relatório.

Decido.

Negativa de prestação jurisdicional

A alegação de ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, parágrafo único, II, do CPC/2015 não prospera. O Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte, nos seguintes termos (e-STJ fl. 934):

No caso em comento, entretanto, não se vislumbra a ocorrência de nenhuma dessas hipóteses, tendo o acórdão exposto as razões pelas quais entendeu por afastar a pretensão de condenação das pessoas físicas (sócios das empresas).

A despeito de toda a argumentação do embargante, a declaração da testemunha Dércio Baravieira Passos tão somente comprova que as pessoas jurídicas violaram o direito de patente do autor. Ao revés do que pretende fazer crer o embargante, em momento algum a testemunha declarou que os sócios agiram em nome próprio, e não em nome das empresas.

Deve se ressaltar que os embargos de declaração não se prestam para a indevida finalidade de se instaurar nova discussão sobre as controvérsias jurídicas já apreciadas e os fundamentos utilizados pelo julgador para decidir num ou outro sentido, tampouco para debater o acerto, ou não, da decisão exarada.

Responsabilidade civil dos sócios

Trata-se de demanda de indenização por danos materiais e morais em decorrência de violação da patente do produto "probiótico com enzimas digestivas" em que se discute a responsabilidade civil de pessoas jurídicas e de seus sócios.

O Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concluiu pela ausência de responsabilidade civil dos sócios das recorridas, nos seguintes termos (e-STJ fls. 913/914 – grifei):

Partindo-se dessa premissa, no caso, a despeito de ter sido reconhecida a ocorrência da contrafação pelas empresas AGROSENA CONSULTORIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS, PROPEBRÁS PRODUTOS PECUÁRIOS LTDA. e MV PROUTOS PECUÁRIOS LTDA. (rés nos autos nº 101/2008 - NPU 0002985-41.2008.8.16.0130) - consubstanciada na produção e comercialização de produto similar ao produto objeto da carta de patente concedida autor pelo INPI -, com exceção de LOURIVAL ANTUNES DA SILVA (sócio da empresa AGROSENA), não há como responsabilizar os demais sócios (réus desta demanda), por simplesmente deterem a qualidade de sócios.

Nesse particular, em que pesem os argumentos do apelante, a sentença não comporta qualquer retoque, uma vez que o Juízo *a quo* bem analisou as alegações das partes e as provas por elas produzidas, conferindo à causa adequada e justa solução.

Sem embargo do acórdão que reconheceu a legitimidade passiva dos sócios das empresas AGROSENA, MV, MARIBOI e PROPEBRÁS para a demanda (autos nº 493/2006 - NPU 0000754-12.2006.8.16.0130), **a sentença bem esmiuçou a questão da ausência de responsabilidade das pessoas físicas, porquanto não restou comprovado nos autos que eles tenham, por si e em nome próprio, violado a patente concedida ao autor, produzindo e comercializando (em nome próprio) probióticos com enzimas digestivas, sem a devida autorização.**

(...)

A Magistrada sentenciante bem explicou que a violação ao direito exclusivo de exploração econômica da patente foi praticada pelas pessoas jurídicas, inexistindo nos autos provas de que os sócios praticaram algum tipo de conduta ilícita.

Destarte, ainda que o princípio da separação formal entre o sócio e a sociedade possa ser mitigado, quando, na seara dos direitos de propriedade intelectual, se controverte acerca da eventual utilização indevida do invento, não havendo provas de que os sócios das empresas tenham se utilizado indevidamente do invento do autor, não há que se falar em condenação das pessoas físicas.

Portanto, mostra-se descabida a responsabilização solidária dos sócios das pessoas jurídicas, pelo simples fato de serem seus representantes legais, tal como defende o apelante.

Nesse ponto deve ser destacado que os fundamentos expostos são suficientes para afastar a pretensão recursal do autor SANDRO EDUARDO ARENAS quanto à condenação dos réus GILSON CESAR VITTURI, JOSÉ CARLOS MICHELLETI e VICENTE PIM ao pagamento de indenização por danos materiais, pelo só fato de serem proprietários e representantes legais das empresas réis dos autos em apenso (nº 101/2008 - NPU 0002985-41.2008.8.16.0130).

Assim, considerando a fundamentação do acórdão objeto do recurso especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente - de que há responsabilidade civil pessoal dos sócios, e não somente ou exclusivamente das suas respectivas empresas, pelos danos morais e materiais sofridos - somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator